

O TRABALHO E O TRABALHADOR NAS ESCOLAS DO SENAI-PR

Desiré Luciane Dominschek Lima¹

Resumo

Neste trabalho volto-me ao processo de criação e desenvolvimento do SENAI em âmbito nacional, traçando recortes sobre a escola SENAI de Curitiba/PR. Para tanto, reporto-me à historiografia dialogando principalmente com Weinstein — bem como algumas fontes como o periódico “ESCUDO” produzido pelos alunos do SENAI-PR. Pensar a imagem do bom trabalhador no discurso da instituição é o recorte de problematização e análise enfatizada. A concepção de criação do SENAI era voltada para o treinamento de seus aprendizes ao trabalho, aproximando-os da imagem que o SENAI tinha sobre o bom operário. O esforço para produzir um bom operário começava com a filosofia institucional emanada pelo SENAI. A divisão de Seleção e Orientação Profissional usava testes não apenas para verificar se o candidato possuía as condições físicas e formação escolar necessárias, mas também para descobrir se as reais aptidões do aprendiz o qualificavam para outro ofício que não fosse o que tivesse escolhido para aprender e, se fosse este o caso encaminhavam o pequeno aprendiz para o curso mais adequado, para a formação mais adequada ao mundo do trabalho. O tema foi apresentado como um capítulo da história do ensino profissional, proporcionado pelas escolas do SENAI, especialmente a sede de Curitiba, estado do Paraná. Reconstruída a partir das representações dos alunos, privilegiou o jornal escolar “O Escudo” como fonte de pesquisa histórica.

Palavras chave: Senai, trabalho e educação, preparação para o trabalho

1. O SENAI, bases de sua constituição

Gustavo Capanema no comando do Ministério da Educação mostrou seu interesse em desenvolver um amplo programa que aumentasse o número de estabelecimentos destinados a formar mão de obra para a indústria. Naquele mesmo ano, o Ministro Capanema formou uma comissão com este intuito, do qual fazia parte Roberto Mange (do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional); Lourenço Filho (Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos); Leon Reunault (Diretor do Patronato Agrícola João Pinheiro); Joaquim Faria Góes Filho (Superintendente da Educação Secundária e Técnica do Distrito Federal); Horacio da Silveira (Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo); Artur Torres

¹ Doutoranda em Educação – Área : Filosofia e História da Educação: HISTEDBR
Email: desiredominschek@hotmail.com

Filho (Diretor do Serviço de Economia Rural); Lafaiete Belfort Garcia (Diretor da Divisão de Ensino Comercial); e, Rodolfo Fuchs (Inspetor do Ensino Industrial) ².

A comissão teve seis meses de trabalho, de discussões e debates intensos, resultando no Decreto nº. 6.029, assinado em 26 de julho de 1940 por Vargas, decreto este que regulamentava a instalação e funcionamento dos cursos profissionais previstos no Decreto nº. 1.238, assinado no ano anterior.

Havia uma comissão que trabalhava desde 1936 na elaboração de uma lei que abrangesse todos os aspectos do ensino profissional. Mas, conforme aponta Fonseca, foi em janeiro de 1942, sob o nome de Lei Orgânica do Ensino Industrial, que surgiu a tão esperada legislação que, pouco mais tarde, daria espaço à criação do SENAI — criado com o Decreto-lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

O decreto nº. 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do ministério do trabalho; e o outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos aprendizes”, e seria tão somente uma peça, delegada a Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinada em primeiro lugar.³

Em 1942 era criado o SENAI, sendo esta instituição organizada e mantida pela Confederação Nacional das Indústrias, ofertando diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de possibilitar a reciclagem do profissional.

Ao avaliar o desenvolvimento do SENAI nos seus primeiros seis anos de funcionamento, o relatório de 1948, editado pelo Departamento Nacional, em janeiro de 1949, considerava que a história da jovem instituição apresentava três fases distintas:

- (a) a implantação do Departamento Nacional e dos órgãos locais com prédios alugados;
- b) a compra de terrenos, com projeto de prédios definitivos;
- c) a atenção ao problema da qualidade de ensino e do rendimento escolar⁴.

² De homens e máquinas, p. 114.

³ SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 254-255.

⁴ SENAI. **Histórias e percursos**. Departamento Nacional (1942-2002), Brasília, 2002.

O SENAI sustentava suas atividades, inicialmente, com a arrecadação de 2 mil réis mensais, por empregado das empresas filiadas à Confederação Nacional da indústria. Quanto ao Departamento Nacional, sua instalação só ocorreu em 3 de agosto de 1942, no Rio de Janeiro, em solenidade presidida pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema⁵.

Para Cunha⁶, visto sob a ótica do poder e da gestão dos recursos, o SENAI era inegavelmente uma instituição privada, uma vez que é a Confederação das Indústrias, em conjunto com as federações estaduais de sindicato patronais, que dirigem a entidade, escolhem seus diretores e determinam a política a ser seguida, na composição do Conselho Nacional e dos conselhos regionais. A participação mínima do Estado pode ser assinalada: ao lado dos presidentes de federações ou sindicatos patronais, estão dois representantes do governo, um do Ministério da Educação, outro do Trabalho.

Importa ressaltar que essa rede de ensino de âmbito empresarial era ambígua. Cunha assinala que esta ambigüidade se dá em uma dimensão pública e privada do SENAI, em decorrência do corporativismo do Estado Novo. Enquanto protagonista do desenvolvimento econômico, empenhado na industrialização, o Estado foi capaz de perceber a necessidade do capital na formação da força de trabalho necessária à sua reprodução ampliada, antes mesmo dos próprios capitalistas. Estes por sua vez, incapazes de tomarem as iniciativas, chegaram a impor resistência aos encargos financeiros que lhes foram atribuídos⁷.

O ensino industrial assumiu um papel relevante na formação da mão de obra, principalmente no contexto da industrialização do país.

Segundo Weinstein, o SENAI era inovador em sua estrutura e em seu caráter ao mesmo tempo público e privado, mas deparava-se com grande ceticismo entre os industriais. Mas mesmo com todo esse “ceticismo” pela parte dos industriais, a imagem do SENAI se fortaleceu, transformando os jovens menos capazes em operários competentes, conquistando assim uma relativa confiança dos industriais.

A equipe do SENAI considerava que os alunos tinham uma educação formal deficiente e baixo padrão de vida e, ainda, destacavam que os alunos tinham padrões morais insuficientes, maus hábitos de trabalho e pouca “cultura”.

⁵ SENAI, *Op. cit.*, p. 25.

⁶ CUNHA, *Op. cit.*, p. 45.

⁷ CUNHA, *Op. cit.*, p. 46.

Weinstein aponta que houve um estudo feito no SENAI para definir o perfil da média de seus aprendizes. O psicólogo responsável por este estudo concluiu que o aluno do SENAI não poderia ser considerado um adolescente comum, porém, ponto de convergência de influências deformativas da personalidade: falta de assistência familiar, trabalho desinteressante, má habitação e alimentação, ambientes inadequados, longo convívio com adultos mal-educados, precocidade de responsabilidades etc⁸.

Desta forma, os alunos aprendizes precisavam não apenas ser treinados, mas também levados a aproximar-se da imagem que o SENAI tinha do bom operário. O esforço para produzir um bom operário começava com uma série de testes a que eram submetidos todos os candidatos ao SENAI.

O SENAI acreditava em uma educação moral e cívica, mas também considerava a oficina como um lugar de socialização, com ênfase na ordem, autocontrole e hierarquia.

Para Weinstein,

a própria concepção do SENAI refletia o conceito de Mange de uma hierarquia industrial composta rigidamente, em ordem ascendente, por trabalhadores não-especializados (braço anatômico), trabalhadores semi-especializados (braço atento), operários especializados (braço pensante), e encarregados da supervisão (braço pensante e dirigente). Nas palavras de Evaldo Lodi, pronunciadas na inauguração da Escola Roberto Simonsen do SENAI: 'Nas escolas industriais do SENAI, a ordem primorosa, a pontualidade exata, a limpeza irrepreensível, a obediência constante, o sentido de hierarquia constituem lições vivas que embebem todos os jovens'.⁹

Contudo o SENAI-SP em seus primeiros anos encontrou algumas dificuldades de ordem estrutural e pedagógica:

Durante os seis primeiros meses de 1942 a recém-formada administração do SENAI/SP vasculhou a capital e o interior em busca de instrutores, instalações adequadas para cursos, e potenciais estudantes. Oferecendo salários 20% acima dos que eram pagos pelas escolas públicas, o SENAI teve pouca dificuldade em atrair uma equipe docente para matérias convencionais como português e matemática. O recrutamento de instrutores para tarefas práticas, que deveriam fazer um exame de qualificação e ter pelo menos cinco anos de experiência na indústria com o respectivo tipo de especialização, revelou-se mais difícil.¹⁰

⁸ *Ibid.*, p. 144. "O Aluno Senai". informativo Senai n. 11(setembro de 1946): O Conceito de comum de d'Avila, psicólogo que fez o estudo não refletia a preponderância numérica, uma vez que os adolescentes da classe operária eram mais numerosos no Brasil que os membros da classe média tomados como referência pelo autor."Normativo seria um termo mais apropriado para o que D'Avila chama de "comum".

⁹ *Ibid.*, p. 145.

¹⁰ WEINSTEIN, *Op. cit.*, p. 137.

As escolas do SENAI, quando comparadas com as de ensino industrial das redes públicas, evidenciavam de modo patente a inferioridade destas. A autonomia que lhes faltava, a adesão de alunos motivados (e remunerados), a possibilidade de organizar cursos conforme as demandas locais, o entrosamento com empresário-consumidores da força de trabalho qualificada eram qualidades do SENAI cuja carência, nas escolas industriais, mostrava necessidade urgente de modificar os cursos básicos, senão acabar com eles¹¹.

Houve ainda uma complementação da regulamentação do SENAI que contribuiu para o sucesso de seus cursos, o Decreto nº 4.481 de 16 de julho de 1942, obrigava as empresas do ramo industrial a custear os cursos e manter em seus quadros 8% de menores aprendizes do total de operários. A prioridade era dada aos filhos de operários empregados nos estabelecimentos industriais; aos irmãos dos operários que atuavam nas indústrias e aos órfãos cujos pais estivessem vinculados ao ramo industrial.

A organização, a disciplina se refletiam em todas as escolas do SENAI, marcando claramente o tipo de cultura institucional que o aluno-aprendiz deveria aceitar e internalizar.

A organização do SENAI difere profundamente da rede de escolas Industriais, pois se destina a aprendizes que já pertencem à indústria e que ganham salários, mesmo nos dias em que frequentam as Escolas de Aprendizagem do SENAI, ao passo que os alunos das escolas Industriais são exclusivamente alunos e frequentam a escola a custa própria.¹²

No Paraná, no SENAI de Curitiba, um aluno assim descrevia a sua escola no início da década de 50:

O SENAI é uma escola a qual os alunos devem muito do seu aperfeiçoamento. È nela que entram os que desconhecem uma profissão, saindo, após a aprendizagem, oficiais. Aqui, nesta grande escola, só não aprende quem não quer. Ha muitos que não a merecem e, no entanto aqui estão, no lugar de muitos que seriam melhores. È por meio dos mestre, que Curitiba, o Paraná, o Brasil, cada vez mais vão possuindo mecânicos, marceneiros, eletricitas, soldadores, afiadores, gráficos, pedreiros – gente especializada, homens úteis em todos os ramos. Estudemos com arrojo e coragem não só nas oficinas, mas na teoria também Salve o SENAI, uma das melhores escolas do Paraná. Ademar Cunha – 4º CAO¹³

Era esta a imagem ideal desenvolvida por Roberto Mange e partilhada por seus colaboradores, a de uma instituição de formação orientada para operários de menor

¹¹ CUNHA, *Op. cit.*, p. 48.

¹² BOLOGNA, I. **Roberto Mange e sua obra**. [S.l.]: Unigraf, 1980., p. 2.

¹³ O ESCUDO, edição de out. 1950.

idade que teriam uma instrução teórica alternada com a experiência prática em seu local de trabalho. A organização, a disciplina se refletiam em todas as escolas do SENAI, marcando claramente o tipo de cultura institucional que o aluno-aprendiz deveria aceitar e internalizar.

No jornal dos alunos da escola do SENAI de Curitiba, aborda-se a importância da legalização do trabalho do menor operário,

De acordo com a lei, todo menor que trabalha deve possuir carteira profissional. Assim sendo logo que matriculamos e empregamos um aluno no SENAI, imediatamente providenciamos a mesma. Entregamos ao menor uma relação de documentos necessários e os respectivos impressos: declaração de função, a ser preenchido pela firma e autorização de responsável, para ser assinado pelo responsável pelo menor. Depois de reunidos todos os documentos solicitados, a escola oferece uma “declaração” de que o aluno sabe ler e escrever. Juntamos esta aos demais documentos e levamos tudo a Delegacia Regional do Trabalho. Dois ou três dias depois o aluno vai a referida delegacia e recebe a sua Carteira Profissional de Menor. Dessa maneira, com satisfação, a escola vê todos seus alunos munidos de importante documento.¹⁴

A nota sobre a questão da legalidade do trabalho do menor operário constante em “O Escudo” revela á comunidade de operários que, além da instituição prover uma vaga de emprego para o pequeno aprendiz, o faz dentro da legalidade, propiciando segurança e reconhecimento ao aluno aprendiz.

Ao estabelecer a idade mínima de catorze anos para ingresso no emprego, a legislação acabou gerando aquilo que no SENAI ficou conhecido como hiato nocivo, já que, para a população pobre, a escolarização raramente ultrapassava o ensino primário, quase sempre concluído em idade superior a dez anos. Por isso, o SENAI foi obrigado a sentir o problema bem de perto, pelo fato de receber muitos jovens após um período mais ou menos longo de interrupção da escola primária, gasto em vadiagem ou em pequenos misteres. Intentando solucionar o problema, o SENAI criou os cursos vocacionais, onde valorizava, sobretudo, o trabalho manual e onde se buscavam mecanismos que pudessem preencher o chamado hiato nocivo.¹⁵

O jornal “O Escudo” em 1949, fazia chamadas a procura de aprendizes em idade do “hiato nocivo”, em tom de convocação para o progresso e prosperidade da nação. Mesmo que sua circulação fosse interna, ainda assim atingia os aprendizes que já se encontravam na instituição e que poderiam trazer irmãos, parentes, amigos.

¹⁴ O ESCUDO, nov. 1952.

¹⁵ SENAI, *Op. cit.*

A solução para tal situação, sob o ponto de vista do SENAI, foi ofertar cursos vocacionais a parte para crianças com idade abaixo do mínimo exigido para aprendizes do SENAI. Em 1951, registra-se uma nota no jornal da Associação dos alunos do SENAI-PR referindo-se ao curso vocacional, a nota é recorrente em outras edições:

O Serviço de Aprendizagem industrial comunica aos menores e pessoas interessadas, desta cidade, que a Escola do SENAI de Curitiba mantém um curso prático de atividades (Curso Vocacional) destinado a menores de 12 anos e 10 meses a 13 anos e meio, que já tenham feito a escola primária e que desejem escolher uma profissão. O curso tem a duração máxima de 1 ano, funciona 4 horas por dia, 5 dias por semana. As inscrições podem ser feitas na Escola do SENAI de Curitiba, a rua Chile nº 1380, até o dia 10 de junho de 1951. Os alunos recebem assistência médica e dentária. Tudo inteiramente grátis.¹⁶

A concepção do SENAI era fazer com que os futuros aprendizes, com apoio dos seus instrutores, considerando sempre a sua origem social, descobrissem sua vocação na esfera do trabalho industrial. Oswaldo de Barros Santos¹⁷, logo chefe de Divisão, via nos cursos vocacionais uma forma de combater as dificuldades que os jovens trabalhadores enfrentavam para seguir a carreira do pai.

.Mange¹⁸ destaca a organização do ensino na instituição,

O caráter do SENAI, pode levar alguém a apressada e falsa conclusão de que se trata de mera organização de ensino profissional, o que não é verdade. Cumpre não perder de vista o verdadeiro sentido da obra que compete ao SENAI promover, ou seja, o conceito educativo-social de suas realizações. Esta orientação implica necessariamente dentro do âmbito de aprendizagem industrial na realização de serviços de natureza para-escolar no campo da educação, da higiene e da assistência social. Serviços esses que embora representem, evidentemente, um forte acréscimo no custo de cada aluno, constituem, todavia, condição precípua para a eficiência do ensino.

Este discurso proferido por Mange afirma a cultura institucional que se pretendeu incorporar ao SENAI desde a sua fundação, em que a disciplina, a ordem, a higiene seriam mecanismos para se alcançar um alto conceito educativo social dentre os aprendizes.

Dessa maneira, o problema de aprendizagem dos industriários não se limitava ao aspecto pedagógico, relacionado ao trabalho, mas tinha preocupações com a valorização total do operário, isto é, com a “Educação integral”¹⁹ tão almejada por

¹⁶ O ESCUDO, nov. 1951.

¹⁷ WEINSTEIN, *Op. cit.*, p. 151.

¹⁸ MANGE, Roberto. **Relatório SENAI**. Capítulo I, 1945 *apud* BOLOGNA, 1980, p. 378.

¹⁹ BOLOGNA, *Op. cit.*, p. 215.

Mange, que pode ser definida como "cultura geral e profissional em torno de uma sadia personalidade".

As aspirações da instituição, segundo o relatório do SENAI-SP de 1946, implicavam o desenvolvimento da cultura geral, da educação moral e cívica e das lides abrangidas pelo Serviço Social, para procurar elevar o espírito do aprendiz:

Atentemos, por exemplo, para o caso do aprendiz de nossas escolas: se bem que menor, ele não deixa de ser um pequeno operário relativamente independente, que se comporta dentro da fábrica como homem que produz e ganha seu salário. Por isso mesmo, o aluno das Escolas SENAI é completamente diferente daquele que frequenta as demais escolas industriais e secundárias. Tanto se saliente a personalidade definida do aprendiz na fábrica, como na família a qual presta sua ajuda [...]. Este tríplice aspecto do aluno, operário e membro de uma certa sociedade, deve ser cuidadosamente considerado para que se tenha uma idéia real do tipo de aluno que frequenta as Escolas Senai.²⁰

Como se pode observar na cultura institucional do SENAI, foi muito demarcado o comportamento do aprendiz como parte do ensino-aprendizagem e de sua formação.

Enfim todo esse conteúdo ideológico e pedagógico do curso de aprendizagem do SENAI propiciava ao aprendiz um sentimento de auto-estima, de confiança e de auto-realização, resultado de eficácia do ensino ministrado e da sintonia com o ambiente da empresa, aparecem em textos dos alunos estampados no Escudo.

REFERÊNCIAS

DOMINSCHKE, Desiré Luciane. **O Escudo a alma do SENAI-Pr (1949 á 1962)**.Dissertação (mestrado), UFPR, Curitiba, 2008.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n.14, maio/ago., 2000, p. 89-107.

WEISTEIN, B. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

FONTES HISTÓRICAS

BOLOGNA, I. **Roberto Mange e sua obra**. [S.l.]: Unigraf, 1980.

O ESCUDO - Órgão oficial dos alunos do SENAI. Curitiba: Oficina de Artes Gráficas da Escola do SENAI, 1949-1962.

Relatório do Departamento Nacional, nº. 6, de nov./dez de 1965.

²⁰ RELATÓRIO SENAI/SP, 1945 *apud* DE HOMENS E MÁQUINAS, 1991, p. 137.

SENAI. **Histórias e percursos**: o Departamento Nacional (1942-2002). Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, 2002.

DE HOMENS E MÁQUINAS v.1 – Roberto Mange e a Formação Profissional. Acervo Roberto Mange: Inventário Analítico, 1991, SENAI-SP.